



## Dos deveres da guerra: A visão de Cícero sobre a destruição de Corinto

*On the duties of the war: Cicero's view on the destruction of Corinth*

*Los deberes de la guerra: La visión de Cicerón sobre la destrucción de Corinto*

José Diego Ferreira Cezar [\*]

---

[\*] Formado em História pela Unicap, Mestrando em História pela UFPE e Membro do GEAF - Grupo de Estudos Antiguidades em Fluxo (UFPE). E-mail: ferreira.cezar@ufpe.br.

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir a destruição de Corinto sob a perspectiva da teoria realista ofensiva das relações internacionais. Embora o estudo esteja centrado em dois autores principais, ele dará ênfase especial à obra "De Officiis" de Cícero, que oferece *insights* valiosos sobre as motivações e intenções romanas. A abordagem realista ajuda a compreender as possíveis razões subjacentes ao ato romano, sugerindo que os mesmos atuaram para garantir a segurança da região diante de uma ameaça da Liga Aqueia. Este enfoque teórico contribui para a justificativa proposta neste estudo de que os romanos agiram de forma estratégica para assegurar sua posição frente aos desafios apresentados pelos gregos.

**Palavras-chave:** Roma antiga. Cícero. Relações Internacionais.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss the destruction of Corinth from the perspective of the Offensive Realist Theory in international relations. Although the study is centered on two main authors, it will place special emphasis on Cicero's "De Officiis", which provides valuable insights into Roman motivations and intentions. The realist approach helps to understand the underlying reasons behind the Roman act, suggesting that the Romans acted to ensure the region's security in the face of an Achaean League. This theoretical focus contributes to the justification proposed in this study that the Romans acted strategically to secure their position against the challenges presented by the Greeks.

**Keywords:** Ancient Rome. Cicero. International Relations.

**Resumen:** El objetivo de este artículo es analizar la destrucción de Corinto desde la perspectiva de la teoría realista ofensiva de las relaciones internacionales. Aunque el estudio se centra en dos autores principales, se otorga especial énfasis a la obra *De Officiis* de Cicerón, que proporciona valiosos aportes sobre las motivaciones e intenciones romanas. El enfoque realista permite comprender las posibles razones subyacentes al acto romano, sugiriendo que estos actuaron con el propósito de garantizar la seguridad regional ante la amenaza de la Liga Aquea. Esta perspectiva teórica contribuye a la justificación propuesta en este estudio, según la cual los romanos actuaron estratégicamente para consolidar su posición frente a los desafíos planteados por los griegos.

**Palabras clave:** Roma antigua, Cicerón, Relaciones Internacionales.

## 1 – Introdução

Saquear cidades na Antiguidade era algo normal; destruí-las, no entanto, evocava lembranças de acontecimentos semelhantes a outras cidades, acima de todas, Troia. (Purcell 1995, 133). A destruição de uma cidade, até os dias de hoje, é um acontecimento de grande impacto. No mundo antigo não era diferente, e os romanos sabiam disso. As cidades eram consideradas entre os símbolos mais altos de desenvolvimento da identidade de um povo, sua ruína apresentava a mesma importância que a fundação (Purcell 1995). Dessa forma, “atacar cidades famosas, ao estilo de Alexandre ou Demétrius Poliórcetes era importante para a imagem de um conquistador<sup>1</sup>” (Purcell 1995, 133 - Tradução nossa).

Nesse contexto, o status da cidade importava, visto que quanto mais ilustre, forte e única a cidade antes de sua destruição, maior era o feito romano (Purcell 1995). Assim se deu em Cartago e Corinto (146 a.C.), e em Numância (133 a.C.). Cícero, em algumas de suas obras como *De Officiis*, *Pro Murena* e *De Lege Agraria*, afirma que Numância estava no mesmo grau de perigo para os romanos que Cartago. Sobre a destruição de Corinto, em *De Officiis*, ele também fala em um tom de perigo, apesar de lamentar que seus antepassados tiveram que levá-la ao chão.

Nicholas Purcell diz que esse sentimento de culpa expresso pelos antigos não tinha muito entusiasmo e dá o exemplo de Cícero quando fala da destruição de Corinto. Segundo o historiador, não deveríamos ficar surpresos, visto que:

---

<sup>1</sup> “The ruination of cities is a statement in the same symbolic language as founding or beautifying them” (Purcell 1995, 133).

A lógica e a lei estão sendo remoldados para se adequar a Roma. Roma estava declarando a absurda superioridade de ser permitida apresentar razões sistêmicas para obliterar cidades, sem precisar se preocupar com justificativas pragmáticas convincentes<sup>2</sup> (Purcell 1995, 146 - Tradução nossa).

Nesse sentido, Purcell é completamente contrário à ideia de que Roma fez seu império em uma lógica defensiva, ou seja, que Roma lutou guerras e se expandiu para se defender. Para ele:

apresentar as guerras travadas por Roma como uma luta pela sobrevivência sugere que a vitória foi obra do destino. [...] Era a intenção dos romanos mostrar a destruição das cidades como obras da providência, e a decisão romana de destruí-las como se tivesse interligada com retribuição divina por transgressões ou por terem tido a má sorte de estarem expostos à corrupção por conta de suas localizações perto do mar.<sup>3</sup> (Purcell 1995, 144 - Tradução nossa).

De fato, negar que Roma agia de forma agressiva e explicava suas ações como se eles tivessem restaurando a ordem divina (*pax deorum*) seria negligência. Contudo, há historiadores que defendem que os romanos realmente acreditavam estar restaurando essa ordem. John Serrati declara que o objetivo da religião de Estado romana era manter a *pax deorum*, ou seja, a harmonia entre os romanos e os deuses, e com isso asseguravam a prosperidade e a segurança da comunidade (Serrati 2020). A vitória militar era o primeiro método de reestabelecer a ordem dentro do cosmos divino romano (Serrati 2020). Portanto, os romanos realmente pareciam acreditar na lógica de favorecimento divino, mesmo que algumas vezes possam haver evidências de que usassem a religião de forma manipulada, para se adequar ao interesse do governo (Eckstein 2006).

Concordando com essa leitura, Arthur Eckstein, que aplica a teoria realista das Relações Internacionais, afirma que antes do início de uma guerra havia o procedimento da *rerum repetitio*, no qual os romanos apresentavam suas queixas ao inimigo, oferecendo-lhe a chance de resolução pacífica. Essa prática tinha como função demonstrar aos deuses que Roma não era responsável pela quebra da ordem, legitimando, assim, a justiça da guerra que se seguiria (Eckstein 2006).

Para corroborar essa ideia, Eckstein cita que Políbio ajuda a reforçar essa religiosidade romana ao dizer que em seu tempo a maioria dos senadores eram muito crentes (Polyb. 6.56.12-15). Contudo, ao que se constatou, nesse trecho o grego se refere a assuntos monetários e não de guerra, o que não necessariamente queira dizer que os Romanos não temessem seus deuses. Em *De Legibus*, Cícero, por exemplo, confere significativa relevância aos deuses na formulação das leis,

<sup>2</sup> “Logic and law are being reshaped to suit Rome. Rome is claiming the preposterous superiority of being allowed to advance systemic reasons for obliterating cities, and not needing to bother with convincing pragmatic rationales” (Purcell 1995, 146).

<sup>3</sup> “Representing the wars as a struggle for survival suggested that the eventual victory was justifiable as a working out of fate. [...] It was obviously in Rome's interest to present the destructions as events in the millennial working out of Providence, and Roman decisions as interlocking with a matrix of divine retribution for wrongdoing or for simply having the bad luck to be exposed to corruption because of your maritime position” (Purcell 1995, 144).

além de destacar os sacerdotes feciais como árbitros dos tratados de paz e guerra (Cic. *De Leg.* 2.21).

William Harris, ao longo de seu livro *War And Imperialism In Republican Rome* também rejeita a explicativa de que Roma crescia por motivos de defesa. Ao contrário, ele elabora explicações muito interessantes onde mostra que a estrutura da sociedade romana dependia das guerras para funcionar, de uma forma que todos, sendo Patrício ou Plebeu, se beneficiavam em algum grau da expansão imperialista romana (Harris 1979).

O tema sobre a destruição de cidades é importante justamente por conta desses debates que foram mostrados. Os romanos deveriam ter um meio termo que usavam como justificativa para destruir cidades, e explicações filosóficas também podem entrar na balança. Apesar do presente texto focar no conceito da *humanitas*, interessa apresentar explicações sobre um dos principais textos que vai ser utilizado, *De Officiis*, que tem um teor estoico.

A obra foi escrita, provavelmente, nos meses finais de 44 a.C. (Dyck 1996), e foi a última comunicação que Cícero teve com seu filho (Dyck 1996), de mesmo nome, que à época estava levando seus estudos em Atenas. Os três livros que compõem *De Officiis* foram escritos com o intuito de ajudar o filho de Cícero nos estudos (Cic. *Off.* 3. 33. 121), no entanto não são inteiramente de autoria do romano.

Existiu um filósofo estoico grego durante meados do século II a.C. chamado Panécio de Rodes. Após visitar Roma, ele reformulou sua visão estoica para combater as críticas céticas, sob influência da mentalidade romana (Reale 1994). Panécio viu em Roma os antigos ideais cívicos, viu um Estado forte e vivo, e viu homens agirem com justiça (Reale 1994). Apesar do que Panécio viu em Roma ser discutível, entre as décadas de 130 e 120 a.C. ele escreveu um livro intitulado *Acerca do Apropriado* (*Περὶ τοῦ καθήκοντος*) (Barlow 2023), hoje perdido.

Apesar da obra de Panécio não ter sobrevivido de forma independente, pode-se acessá-la indiretamente através do *De Officiis* de Cícero, que escreveu esse trabalho com base no texto original de *Acerca do Apropriado*. No entanto, é difícil determinar onde terminam as palavras de Cícero e começam as de Panécio (Barlow 2023). No entanto, este trabalho optará por citar a obra nas palavras de Cícero, considerando que, ao utilizar o livro de Panécio, ele concordava com suas ideias<sup>4</sup>. Se o estoicismo de Panécio realmente está presente na obra de Cícero, então ele inclusive

<sup>4</sup> Para mais debates sobre Cícero e Panécio no *De Officiis* e a presença do estoicismo em Roma e seus políticos: BARLOW, Jonathan. 2018. “Scipio Aemilianus and Greek Ethics”. *The Classical Quarterly*, 68, n. 1: 112-127; BARLOW, Jonathan. 2023. “Panaetius, Scipio Aemilianus, and the Man of Great Soul”. *Antichthon*, 57: 35-55.

ajudou na legitimação da destruição de Cartago (Barlow 2018) e do próprio imperialismo romano (Cic. *Off.* 2. 8. 27).

Essa obra, portanto, está repleta de falas estoicas, mas visto que Panécio/Cícero se refere diversas vezes a Cípião Emiliano (destruidor de Cartago e Numância) como um exemplo moral, segundo o estoicismo, (Barlow 2023), então ele também tinha *humanitas* (Cic. *De Orat.* 2.154)<sup>5</sup>. *Humanitas*, assim, parece estar de certa forma relacionada com ideias estoicas.

Para ajudar na compreensão do tema a partir da ótica das relações internacionais, esse trabalho irá utilizar a teoria do Realismo ofensivo, estabelecida pelo professor estadunidense John Mearsheimer no seu livro *The Tragedy Of Great Power Politics* que se insere no que é conhecido como Realismo Estrutural. A partir da criação da vertente ofensiva, a teoria estrutural elaborada por Kenneth Waltz em 1979, originada de seu livro *Theory of International Politics* (Jatobá 2013), se divide.

O Realismo Defensivo, como Mearsheimer se refere à teoria de Waltz (Mearsheimer 2001), se parece em certos aspectos com a sua. Para ele, como são teorias do Realismo Estrutural, ambas concordam que a estrutura das relações internacionais força os Estados a se preocuparem com a balança de poder, ou seja, o quanto de poder os outros Estados têm. A diferença é que a vertente ofensiva não aceita que a maioria dos Estados estejam contentes com o tanto de poder que possuem, e por isso tentam ganhá-lo às custas de seus rivais (Mearsheimer 2001).

Mearsheimer (2001) explica que Waltz diverge de Morgenthau ao afirmar que os Estados priorizam segurança, não poder. O Realismo Defensivo defende que o sistema internacional incentiva equilíbrio, desestimulando a busca por mais poder. Já os realistas ofensivos acreditam que os Estados devem aproveitar oportunidades para ampliar sua força e alcançar a hegemonia.

Como não há nenhum Estado que seja capaz de fazer os outros agirem de uma determinada forma, seguindo a lógica de um país onde os estados ou províncias obedecem aos comandos de um poder central, os realistas acreditam que o sistema internacional é anárquico. Isso impõe aos Estados que procurem o máximo de poder possível para se defenderem, sendo o ideal este se tornar o poder hegemônico do seu cenário. Isto se deve ao fato de que não há nenhuma garantia que os outros Estados não irão tentar atacá-lo (Mearsheimer 2013). A palavra-chave, então, é sobrevivência, ou, como será utilizado no presente texto, segurança.

---

<sup>5</sup> Nesse trecho, Cícero ressalta “*humanitate*” de Cípião Emiliano, Lélio e Lúcio Fúrio.

Opta-se pelo termo “segurança” em vez de “sobrevivência”, pois o objetivo deste trabalho não é tratar do imperialismo romano em sua totalidade. As guerras entre Roma e os reinos helenísticos (Macedônia e Império Selêucida) são abordadas apenas como contribuição ao problema central: a destruição de Corinto.<sup>6</sup> O artigo defende que a destruição de Corinto teve como motivação a segurança romana e a demonstração de força. Embora Corinto não ameaçasse diretamente Roma, o desafio da Liga Aqueia à autoridade imperial na Grécia configurou um risco à segurança regional.

Embora a teoria priorize a segurança, reconhece que os Estados podem perseguir fins econômicos, ideológicos ou de unificação, desde que não prejudiquem o equilíbrio de poder. Tais objetivos podem até fortalecer sua busca por poder (Mearsheimer 2001). Em essência, os Estados são livres para agir, contanto que não comprometam sua posição estratégica.

Além disso, Estados revisionistas e Estados *Status Quo* são conceitos importantes no realismo ofensivo. Estados *Status Quo* estão satisfeitos com seu poder atual e não buscam aumentá-lo, enquanto Estados Revisionistas não estão satisfeitos com sua parcela de poder e muitas vezes buscam alterá-la de forma agressiva (Mearsheimer 2001). Grandes Estados não se sentem seguros em um sistema que não dominam e, portanto, procuram aumentar seu poder para garantir sua segurança (Mearsheimer 2001).

Segundo Mearsheimer (2001), o Realismo Ofensivo sustenta que o sistema internacional favorece o surgimento de Estados Revisionistas, já que o poder segue uma lógica de soma zero—o ganho de um implica a perda de outro. Grandes potências buscam impedir o crescimento de rivais e alcançar hegemonia regional, rejeitando pares e mantendo a distribuição de poder que as favorece.

Embora o uso do termo "Estado" para designar entidades políticas da Antiguidade seja debatido, ele deriva do latim *status* e surge em 1513 na obra *O Príncipe*, de Maquiavel. Por isso, alguns acadêmicos rejeitam seu uso antes do século XVII (Dallari 2011). Alguns autores, como Dallari (2011), aceitam o uso do termo para descrever sociedades políticas anteriores, definindo Estado como “todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram as regras de convivência de seus membros”.

---

<sup>6</sup> Pode-se encontrar mais sobre essa visão defensiva do imperialismo romano em: BADIAN 1968 e em ECKSTEIN 2006. Eckstein, porém, argumenta que o propósito dele não é assumir uma visão em que Roma agia de forma defensiva, mas sim que é preciso colocá-la pareada com outros Impérios de sua época (Eckstein 2006, 119).

Mogens Herman Hansen diz que: “Polis é uma palavra em grego antigo para “cidade”, “Estado” e a combinação da cidade e Estado, a cidade-Estado.<sup>7</sup>” (Hansen 2006, 1 - Tradução nossa). Nas notas, ele define o que para ele é um Estado: “Defino um Estado como um certo território, um certo povo e um certo governo central institucionalizado com o direito de estabelecer e forçar ordem legal dentro de seu território sobre a população<sup>8</sup>” (Hansen 2006, 147 - Tradução nossa). As duas definições se parecem bastante.

Neal Wood apresenta duas formas de se definir Estado, uma genérica e outra específica. Genericamente, o Estado pode ser usado para se referir a sociedades do mundo antigo, visto que engloba uma variedade de formas institucionais, desde despotismo oriental até o Estado-nação. Assim, apesar de diferentes, todo tipo de Estado histórico apresenta características semelhantes (Wood 1991) tais como:

Cada um é uma estrutura hierárquica de poder sobre um conjunto de membros definidos e, geralmente, um território especificado, consistindo em uma rede de regras reconhecidas, algum tipo de aparato administrativo centralizado, uma força armada para a manutenção da segurança interna e externa, um meio para apropriar e redistribuir o trabalho excedente e um mecanismo para a resolução de disputas.<sup>9</sup> (Wood 1991, 124 - Tradução nossa).

Especificamente, o Estado pode ser entendido como criação da modernidade, de entre 1.200 até 1.600, e começou a existir na Itália, França, Alemanha e Inglaterra (Wood 1991). Cícero, no entanto, pode ser considerado o primeiro pensador político a apresentar uma definição sobre o assunto, conceituando-o como algo criado para a proteção da propriedade privada. Ele foi o primeiro a diferenciar conceitualmente Estado e governo, influenciando autores como Hobbes e Maquiavel com seus escritos. Para o Cônsul, a existência do Estado era o que elevava o homem acima da selvageria, tornando-o superior (Wood 1991).

Os romanos concebiam o Estado como uma coletividade de cidadãos, mas Cícero o interpretava de forma mais abstrata (Wood 1991). Ele usava os termos *“Res publica”* e *“Civitas”* para se referir ao Estado romano: o primeiro ligado ao interesse comum e à responsabilidade estatal; o segundo com um sentido normativo, relacionado à cidadania e à união dos cidadãos (Wood 1991). Todo Estado possuía um tipo de governo — reino, aristocracia ou democracia — classificado

<sup>7</sup> “Polis is the ancient Greek word for ‘city’, ‘state’ and the combination of city and state, the ‘city-state’” (Hansen 2006, 1).

<sup>8</sup> “I define a state as a given territory, a given people and an institutionalised central government with the sole right to establish and enforce a legal order within the territory over the population” (Hansen 2006, 147).

<sup>9</sup> “Each is a hierarchical structure of power over a defined membership and usually a specified territory, consisting of a network of recognized rules, some kind of centralized administrative apparatus, an armed force for the maintenance of internal and external security, a means for appropriating and redistributing surplus labor, and a mechanism for the resolution of disputes.” (Wood 1991, 124).

conforme sua natureza (Wood 1991). O governo, porém, não era o Estado, mas os responsáveis por sua administração, ou seja, os magistrados que atuavam em nome da “*civitas*” (Wood 1991, 133).

Embora os romanos compreendessem o Estado de forma diferente das definições modernas, este trabalho adota as concepções de Hansen, Dallari e Wood, reconhecendo a complexidade do tema. Na Antiguidade, havia diversas formas de Estado conforme a região, época e povo. Com base nas definições de Georg Jellinek, Dalmo Dallari identifica tipos de Estados em diferentes períodos históricos, ciente de que essa tipologia não deve ser vista como linear, mas a utiliza com fins didáticos (Dallari 2011).

Dessa forma, existiriam três tipos de Estados para o mundo antigo: O Estado antigo/oriental/teocrático; o Estado Grego; e o Estado Romano. Todos esses eram diferentes entre si, mas apresentavam certas características em comum, principalmente os dois últimos<sup>10</sup> (Dallari 2011). Portanto, ao utilizar o termo “Estado” para referir-se às entidades políticas do mundo antigo, este texto adota as definições previamente apresentadas.

No mais, o foco das discussões aqui propostas será centralizado em Cícero e Tito Lívio, apesar de autores como Salústio e Diodoro da Sicília também fazerem parte. Desta forma, propõe-se uma análise a partir da comparação entre os relatos desses dois romanos com o intuito de chegar a um entendimento das motivações e intenções que os romanos tiveram ao destruir Corinto. Existe divergência entre os escritos de Cícero e Lívio que tornam interessante imaginar o problema a partir tanto de uma visão moral, presente aqui como *humanitas*, quanto política.

## 2 - Cartago precisa ser destruída

“Clamou [Catão] a todo o senado que Cartago deveria ser destruída<sup>11</sup>” (Plin. *HN*. 15. 20 - Tradução nossa). Essa ideia também é retomada por Cícero: “Deu-se isso com a terceira guerra púnica, na qual prevaleceu o aviso de Marco Catão mesmo depois de ele ter morrido” (Cic. *Off*. 23. 79). Essa proposição política é muitas vezes apresentada como um marco na mudança da mentalidade e dos valores romanos. A destruição de Cartago teria despertado em Roma uma ambição desenfreada que fez os generais perderem o equilíbrio que os ancestrais haviam cultivado.

<sup>10</sup> Além do livro de Dallari e do Wood existe um e-book de fácil acesso que ajuda a entender os Estados da Antiguidade: Nóbrega 2018.

<sup>11</sup> “Cum clamaret omni senatu Carthaginem deledam” (Plin. *HN*. 15. 20).

Salústio, em seu *Bellum Catilinae* ou *De coniurazione Catilinae*, deixa bastante claro sua visão sobre a mudança de valores romanos antes e pós 146 a.C. com a destruição da cidade de Cartago. Para ele, antes da destruição da cidade púnica, “Assim, na paz como na guerra cultivavam-se os bons costumes; suma era a concórdia, a avidez, quase nenhuma. Entre eles, a justiça e a retidão não vigoravam mais pelas leis do que pela natureza.” (Sall. *Cat.* 9, 1). E ele continua a enumerar as qualidades dos romanos predecessores da terceira guerra púnica:

Com essas duas qualidades, a audácia na guerra, quando a paz chegara, a equidade, cuidavam de si e da república. Tenho, como maiores provas disso, os seguintes fatos: o de, na guerra, terem-se punido com maior frequência os que enfrentaram os inimigos desobedecendo às ordens e os que, com ordens de se retirar do combate, tardaram a deixá-lo, que os que ousaram abandonar os estandartes ou, expulsos de sua posição, baterem em retirada; já na paz, o fato de exercerem o poder antes por benefícios que pelo medo, e preferirem perdoar as ofensas recebidas a procurar vingança. (Sall. *Cat.* 9, 3-5).

Contudo, após a destruição da cidade dos púnicos, a mentalidade romana teria mudado:

Porém, quando a república cresceu com o labor e a justiça, grandes reis foram domados pela guerra, gentes feras e povos poderosos foram submetidos à força, Cartago, rival do poderio romano, foi aniquilada pela raiz, todos os mares e terras estavam aberto, a fortuna passou a se enfurecer e a pôr tudo em desordem (Sall. *Cat.* 10, 1).

Embora essa imagem idealizada do passado romano seja frequente em autores do século I a.C., a guerra tinha um papel funcional na estrutura da República. William Harris destaca que a guerra era fundamental para a sociedade romana, beneficiando Patrícios e Plebeus, e que para os Patrícios ela era essencial para obter prestígio político (Harris 1979). Martin Millet complementa essa ideia ao afirmar que vitórias militares reforçavam o status político dos generais (Millet 1990). Ele também observa que a anexação tardia de áreas gregas ocorreu após tentativas fracassadas de controle indireto (Crawford 1978 *apud* Millet 1990).

Sendo assim, parece que autores romanos como Salústio enxergavam o passado da urbe a partir da sua ótica, e talvez isso não fosse completamente acidental, se é que se pode afirmar essa possibilidade. Conforme será discutido no próximo tópico, existem alguns indícios que mostram que autores do final da República faziam usos do passado de forma a dar legitimidade ao que os seus predecessores fizeram. Cícero comenta que Panécio, um filósofo estóico, louvava Cipião Emiliano por ter sido desinteressado, acrescentando depois:

E porque não louvá-lo? Nele, porém, havia traços mais marcantes. O elogio do desinteresse não incide apenas sobre aquele homem, mas também sobre aqueles tempos. Paulo apoderou-se de todo o reino dos macedônios, que foi de maior valor; verteu tamanha soma ao erário que o butim de um único general acarretou o fim dos impostos. Ele próprio, no entanto, nada levou para casa além da eternidade de seu nome. O Africano imitou o pai e não ficou mais rico por causa da queda de Cartago. Quê? Seu colega de censura, Lúcio Múmio, por acaso se tornou mais opulento depois de arrasar a mais opulenta das cidades? Em lugar de sua casa, preferiu ornamentar a Itália – embora, ornamentada esta, mais ornamentada me pareça aquela. (Cic. *Off.* 1. 22. 76 - Tradução nossa).

Nesse trecho Cícero se refere a três romanos, dois deles responsáveis por destruir cidades: O Africano (Cipião Emiliano), que destruiu Cartago (146 a.C.) e Numância (133 a.C.), e Lúcio Múmio, que destruiu Corinto (146 a.C.). Ambos ele elogia pelo “desinteresse” mostrado na pilhagem das cidades, mas Cícero afirma que isso não era particular deles, mas sim da época, concordando, assim, com Salústio.

A ideia de uma ação justa e equilibrada pelos romanos está ligada à noção de *humanitas* presente na mentalidade dos Patrícios do século I a.C. Ao estudar o passado da cidade, eles colocavam essa noção em seus antepassados como forma de legado, e até mesmo para apontar que os romanos daquela época eram mais corretos em comparação com os romanos do final da República. Esse ponto de vista talvez fique bem evidenciado na maneira como Salústio descreve os costumes romanos antes e depois da destruição de Cartago mencionada anteriormente.

*Humanitas*, dentre outras tantas coisas, seria a forma correta de se governar um subalterno, e além disso “pregava aos governantes romanos padrões de probidade administrativa” (Pinto 2012, 241). Em uma carta a seu irmão, Quinto, Cícero chega a elogiar a *humanitas* do mesmo:

Portanto, dedique todo o seu coração e alma à política que tem seguido até agora, tratando como amigos aqueles que o Senado e o povo romano confiaram e entregaram à sua honra e autoridade, protegendo-os de todas as formas possíveis e desejando sua maior felicidade. Pois, se o sorteio lhe houvesse atribuído o governo dos africanos, dos espanhóis ou dos gauleses — nações rudes e bárbaras —, ainda assim caberia a um homem de caráter humano como o seu zelar por seus interesses e bem-estar. Mas, considerando que estamos governando aquele povo no qual não apenas encontramos a verdadeira civilização, mas do qual se supõe também que ela tenha se espalhado para os demais, é nosso dever, acima de tudo, oferecer-lhes justamente aquilo que eles nos concederam. (Cic. *QFr.* 1. 1. 27).<sup>12</sup>

A *Humanitas*, “herdado” do conceito grego de *philanthropia*, representava um conjunto de valores que diferenciava os romanos dos povos bárbaros, reforçando sua superioridade cultural e moral (Bauman 2000). No contexto da destruição de cidades, esse conceito torna-se ainda mais relevante, pois era evocado para justificar o tratamento dado aos vencidos e reafirmar a posição de hegemonia romana.

### 3 – Como tratar um inimigo vencido?

<sup>12</sup> “Quapropter incumbe toto animo et studio omni in eam rationem, qua adhuc usus es, ut eos, quos tuae fidei potestatique senatus populusque Romanus commisit et credidit, diligas et omni ratione tueare et esse quam beatissimos velis. Quod si te sors Afris aut Hispanis aut Gallis praefecisset, immanibus ac barbaris nationibus, tamen esset humanitatis tuae consulere eorum commodis et utilitati salutique servire: cum vero ei generi hominum praesimus, non modo in quo ipso sit, sed etiam a quo ad alios pervenisse putetur humanitas, certe iis eam potissimum tribuere debemus, a quibus accepimus” (Cíc. *QFr.* 1. 1. 27).

Para a aristocracia da República Romana do final do século I a.C., seu império havia sido conquistado graças à sua *humanitas*. Eles acreditavam que o conceito havia sido dado pelos gregos, mas que agora estavam espalhando-o pelo mundo (Woolf 1994), como se fossem imbuídos de uma responsabilidade moral de estender a *humanitas* sobre a barbárie (Woolf 1994). A palavra em si provavelmente apareceu pela primeira vez no século I a.C. no livro *Rhetorica ad Herennium*<sup>13</sup>, escrito aproximadamente em 87 a.C., seguido de Cícero, que teria usado o termo em um discurso em 81 a.C. (Bauman 2000).

Apesar de ser possível situar a criação da palavra nos anos 80 a.C. com certa segurança (Bauman 2000), não se sabe exatamente quando os romanos começaram a se preocupar com a utilização dela. Richard Bauman discute se sua provável gênese pode ser colocada nos tempos de Cíprio Emiliano, que, inspirado pelo conceito grego de *philanthropia*, teria adotado a ideia através da *humanitas* (Bauman 2000). Além disso, há a possibilidade de que a repercussão da destruição de Corinto, Numância e Cartago (todas durante o século II a.C.) tivesse obrigado os romanos a procurar uma nova filosofia para justificar a expansão do império (Almeida 2017).

Em alguns contextos, o termo é usado para diferenciar humanos de bestas. A palavra “bestas”, no entanto, não deve ser entendida de forma literal, mas como uma forma de separar os “civilizados” dos “selvagens” (Braund 1997, 20). Isso evidencia o caráter excludente do conceito (Braund 1997), visto que aquele que não era romano, era selvagem, e por isso não era “humano”.

Cícero parecia atribuir a Atenas a criação da *humanitas* (Cic. *Leg.* 2. 36), mas, uma vez ensinados, transformaram e melhoraram o conceito (Cic. *Tusc.* 1. 1). Para ele: “A Grécia nos era superior em conhecimento e em todos os gêneros literários; nesse aspecto, era fácil superar aos que nada opunham.” (Cic. *Tusc.* 1. 3). Ou seja, para o cônsul, seus antepassados até podiam ter aprendido a *humanitas* a partir dos gregos, quando os romanos ainda não tinham condições de rivalizar com eles. Porém, uma vez que Roma cresceu, superaram os helenos. Assim, a ideia de civilização não pertencia mais exclusivamente a um povo, ela havia sido transformada em um conceito que era definido em termos de costumes, costumes estes que eram agora encontrados na aristocracia romana (Woolf 1994).

Na carta que Cícero envia a seu irmão (Cic. *QFr.* 1.1.27), ele o impõe uma responsabilidade moral: sua *humanitas* não apenas o distinguia dos bárbaros e decadentes, mas também o obrigava a

---

<sup>13</sup> Apesar desse livro ter autoria desconhecida (Faria 2000), muitas vezes podemos encontrar o nome de Cícero ligado a ele em edições contemporâneas.

se comportar de maneira adequada perante eles (Woolf 1994). O conceito deveria ser parte da virtude do governador, instruindo-o a ser justo e se afastar da残酷 and extorsão (Woolf 1994).

Sabemos que Corinto, cidade focada no texto, foi destruída em 146 a.C., coisa que Cícero lamenta (Cic. *Off.* 1.11.35), mas ao mesmo tempo apresenta um motivo para o ocorrido. Cícero, na verdade, prega que deve existir uma forma dupla de agir quando um povo é vencido:

Cumpre ponderar muito a respeito das cidades que mereçam ser destruídas e saqueadas, para nada se fazer precipitada ou cruelmente. (Cic. *Off.* 1.24.82).

Delibera de um modo sobre aqueles que venceste pela força, de outro sobre os que, depostas as armas, apelam para a fé do comandante: estes devem ser acolhidos mesmo que o ariete haja percutido a muralha. Nesse ponto os nossos antepassados cultivaram de tal forma a justiça que os vitoriosos a quem cidades ou nações se confiavam tomavam-se seus patronos. (Cic. *Off.* 1.11.35).

*Humanitas* consistiria de uma mistura entre os conceitos de *Clementia* e *Seueritas* (Bauman 2000), que deveriam ser cuidadosamente escolhidos quanto ao uso para o melhor benefício da República, como o próprio Cícero diz (Cic. *Off.* 1.25.88). Contudo, como fala algumas vezes em *De Officiis*, é necessário estabelecer um limite na punição para aqueles que o senado considerou aptos a utilizar a violência, visto que um tratamento excessivamente severo poderia ser percebido como “*inhumanitas*” (Bauman 2000, 40).

#### **4 – *Graecia capta est***

Apesar de não ser o objetivo deste texto detalhar o processo de conquista romana da Grécia, é importante ressaltar os principais pontos das narrativas dos acontecimentos, com o intuito de enriquecer as análises da última parte do trabalho.

Em 229 a.C., os romanos cruzaram o mar Adriático pela primeira vez durante a primeira Guerra Ilírica, motivados pela pirataria dos ilírios e pelo assassinato de um embaixador romano (Polyb. 2.12.7). A guerra, que durou de 229 a.C. a 228 a.C., resultou na rendição de algumas cidades gregas na região (Derow 2005). No entanto, o primeiro embate realmente grande na região veio somente uma década depois.

Em 215 a.C., uma aliança entre Felipe V e Aníbal levou Roma ao seu primeiro conflito militar com a Macedônia. Felipe pretendia reduzir a influência romana nas regiões ocidentais da península balcânica, conquistadas após a Primeira Guerra Ilírica. Surpreendida, Roma firmou uma aliança com a Liga Etólia contra Felipe em 211 a.C. (Derow 2005).

Contudo o que é mais interessante nesse contexto é o seguinte. Em 207 a.C. um orador de Rodes, falando aos Etólios, alerta sobre os perigos de uma aproximação com Roma dizendo “Vocês dizem que estão lutando com Felipe pelo bem da Grécia, para que possam ser libertados e se recusarem a obedecer às suas ordens, mas de fato estão lutando pela escravização e a ruina da Grécia<sup>14</sup>” (Polyb. 11. 4. 6 - Tradução nossa). E ele continua, Segundo Políbio nos conta:

Pois é bastante evidente, eu acho, que se os romanos conseguirem ganhar a guerra na Itália – e isso vai se da bem em breve, pois Aníbal agora está restrito a um pedaço bem pequeno de Bruttium – vão depois se jogar na terra grega com toda suas forças com o pretexto que estão ajudando os Etólios contra Felipe, mas com reais intenções de conquistar todo o território. Se depois de nos conquistar os romanos quiserem nos tratar bem, o crédito será deles; mas se nos tratarem mal serão eles que irão adquirir os espólios daqueles que destruírem, governando aqueles que sobreviverem, e vocês irão chamar aos Deuses como testemunhas, mas nenhum vai atender e nenhum homem vai ser capaz de ajudar vocês<sup>15</sup> (Polyb. 11. 6. 4 - Tradução nossa).

É interessante como já havia uma desconfiança por parte dos gregos a respeito da real intenção de Roma para com a Grécia, e isto antes mesmo do final da Primeira Guerra Macedônica.

A percepção romana de um crescente discurso anti-romano na Grécia teria motivado a mudança de postura que culminou na Segunda Guerra Macedônica, em 200 a.C. (Derow 2005). O conflito foi impulsionado pela propaganda de Roma como defensora da liberdade grega (Derow 2005; Errington 1989), culminando no célebre anúncio feito por T. Quíncio Flaminino, em 196 a.C., durante os Jogos Ístmicos, declarando a liberdade dos gregos (Errington 1989):

O senado de Roma e Tito Quíncio, o procônsul, tendo derrotado o rei Felipe e os macedônios, deixam os seguintes povos livres, sem guarnição e sujeitando ninguém a nenhum tributo, para serem governados pelas suas leis – os coríntios, Fócianos, Locrianos, Eubeanos, Ptióticos, Aqueus, Magnésios, Tessálios e Perrebianos<sup>16</sup> (Polyb, 18. 46. 3-10 - Tradução nossa).

Felipe V estava, agora, derrotado pela segunda vez e os romanos se colocaram como aqueles que garantiriam a liberdade da Grécia (Derow 2005). Nesse sentido, um novo conflito não pode ser evitado e em novembro de 191 a.C. os Selêucidas e os romanos entram em guerra, com o fim em

<sup>14</sup> “You say that you are fighting with Philip for the sake of the Greeks, that they may be delivered and may refuse to obey his commands; but as a fact you are fighting for the enslavement and ruin of Greece” (Polyb, 11. 4. 6).

<sup>15</sup> “For it is only too evident, I think, that the Romans if they get the war in Italy off their hands-and this will be very shortly, as Hannibal is now confined in quite a small district of Bruttium -will next throw themselves with their whole strength on Grecian lands on the pretext that they are helping the Aitolians against Philip, but really with the intention of conquering the whole country. Should the Romans when they have subjected us, determine to treat us kindly, the credit and thanks will be theirs; but if they treat us ill it is they who will acquire the spoil of those they destroy and sovereignty over the survivors, and you will then call the gods to witness then neither any god will be still willing, nor any man still able to help you.” (Polyb. 11. 6. 4).

<sup>16</sup> “The senate of Rome and Titus Quinctius the proconsul having overcome king Philip and the Macedonians, leave the following peoples free, without garrisons and subject to no tribute and governed by their countries' law – the Corinthians, Phocians, Locrians, Euboeans, Phthiotic Achaeans, Magnesians, Thessalians, and Perrhaebians” (Polyb, 18. 46. 3-10).

189 a.C., levando à vitória romana (Derow 2005). Roma havia agora derrotado dois dos maiores herdeiros de Alexandre, o grande, e seu império na Grécia começava.

É difícil afirmar se, nesse momento, os romanos já consideravam a Grécia parte de seu império. Como observa Peter Derow, "... precisa-se concluir em geral que a liberdade que os gregos acreditavam que estavam recebendo era diferente da liberdade que os romanos acreditavam estar dando.<sup>17</sup>" (Derow 2005, 65 - Tradução nossa). É pertinente a interpretação de que, nesse período, os romanos concebiam seu *imperium* mais como uma zona de influência do que como um território diretamente controlado por meio de exércitos ou instituições administrativas consolidadas — estrutura que só seria firmemente estabelecida na era de Augusto (Erskine 2010; Richardson 2008).

John Richardson, em *The Language of Empire* (Richardson 2008), destaca a importância de analisar como os romanos se referiam ao seu império. Ele foca nas palavras "*prouincia*" e "*imperium*" nos textos de Cícero e Júlio César, mostrando como o conceito de Império Romano mudou desde a Segunda Guerra Púnica até após o reinado de Augusto, à medida que os romanos expandiam seu domínio no Mediterrâneo.

A partir desse momento, Roma passou a ser vista como mediadora nos assuntos gregos (Derow 2005). Eckstein, entretanto, argumenta que Roma estava pouco interessada em questões gregas, não tendo inclinação para se envolver nelas. Essa perspectiva baseia-se no fato de que, após a Segunda Guerra Macedônica, o Senado retirou as legiões do local e não impôs tributo ou governo imperial na Grécia (Eckstein 2006). Kallet-Marx reforça a ideia de Derow quando diz que o comandante romano na Macedônia era quem intervinha na Grécia quando necessário aos interesses romanos (Kallet-Marx 1995).

Contudo, foi precisamente devido a autoimagem romana como mediadora dos gregos que ocorreu a Terceira Guerra Macedônica em 171 a.C., desta vez contra Perseu, filho de Filipe V, que fora denunciado por Eumenes II de Pérgamo por fomentar revoluções sociais (Derow 2005). Roma aparentemente se sentiu desafiada pelas ações de Perseu, e essa reação pode reforçar a visão de que, nesta época, os romanos já consideravam a Grécia como parte de seu império.

O terceiro conflito, que culminou na vitória romana em 168 a.C., resultou na fragmentação da Macedônia em quatro territórios, todos sob domínio de Roma, e na provável criação de uma província (Derow 2005; Kallet-Marx 1995). No entanto, a Macedônia ainda mantinha certo grau de

---

<sup>17</sup>"... one must conclude in general that the freedom the Greeks believed they were getting was different from the freedom the Romans believed they were bestowing" (Derow 2005, 65).

autonomia (McGing 2005). Houve ainda um quarto confronto com a Macedônia (McGing 2005), evidenciando o desejo do Senado romano de eliminar qualquer ameaça à sua influência na região. A presença militar remanescente não implicava a criação de uma província nos moldes que conhecemos hoje, mas visava a defesa das fronteiras locais contra incursões dos trácios (Kallet-Marx 1995; Rich 1993).

Roma então começa a enfraquecer e humilhar seus antigos aliados, como Pérgamo e Rodes (McGing 2005), no que parecia uma forma de prevenir que outro poder local pudesse se levantar na região e causar problemas para a hegemonia romana na Grécia. Na verdade, o mundo grego estava com certo receio de tomar decisões sem a aprovação do Senado, e tentava informá-lo sobre suas ações antes de tomar qualquer rumo (McGing 2005).

Isto pode ser um sinal de que o Senado tinha mudado os planos para a Grécia. De fato, após a Guerra Aqueia (146 a.C.), a própria Grécia tornar-se-ia uma província de Roma. Contudo, há historiadores que contestam a criação de uma província grega nessa época. (McGing 2005; Kallet-Marx 1995).

Em 147 a.C., após a manifestação de Esparta sobre sua vontade de sair e a incapacidade da Liga em dissuadi-la, uma guerra foi declarada contra os espartanos sem a autorização de Roma. Essa ação resultou no envio de uma embaixada romana à Liga com a seguinte comunicação: Esparta, Corinto, Argos, Herakleia e Orchomenos seriam dissociadas dela (McGing 2005). A guerra, posteriormente, envolveu Roma e teve um desfecho desastroso para os aqueus. A Liga Aqueia foi dissolvida, e Corinto foi destruída e saqueada (McGing 2005).

A partir dessas discussões, percebe-se que os romanos não viam seu império como resultado de conquistas territoriais, mas sim da imposição de sua autoridade sobre os povos com quem interagiam. John Richardson, em *The Language of Empire* (2008), mostra que os termos *Imperium* e *Provincia* estavam mais associados à autoridade e ao dever dos magistrados romanos do que a territórios geográficos específicos. Complementarmente, Robert Morstein Kallet-Marx, ao discutir a "provincialização" da Macedônia, corrobora os conceitos apresentados por Richardson (2008). A destruição de Corinto pode estar relacionada ao desrespeito dos coríntios à autoridade romana, visto que os romanos concebiam seu império como um espaço onde sua autoridade deveria ser obedecida (Taylor 2023; Kallet-Marx 1995).

## 5 - Cícero e a destruição de Corinto

Em seus escritos, Cícero comenta diversas vezes sobre a destruição de Corinto, assim como sobre Numância e Cartago. Essas três cidades aparecem em obras como *De Officiis*, *De Republica*, *Pro Murena*, *Pro Lege Manilia* e outras obras do mesmo autor. Contudo, é principalmente em *De Officiis* que Cícero apresenta sua visão sobre a destruição da cidade grega, razão pela qual essa obra recebe aqui uma atenção maior.

A referida obra constitui uma reflexão abrangente de Cícero sobre os deveres nas mais diversas esferas da vida social, abrangendo aspectos comerciais, jurídicos, administrativos e bélicos. No que concerne especificamente à guerra, o autor romano observa:

Na república os direitos da guerra devem ser preservados acima de tudo. Pois, assim como há dois tipos de conflitos - um por discussão, o outro por violência -, e sendo aquele próprio dos homens e este dos animais, recorramos ao último quando não for lícito recorrer ao primeiro. Eis por que as guerras devem ser empreendidas pela causa da paz, a fim de que se viva com justiça. Alcançada a vitória, poupem-se aqueles que não foram cruéis e desumanos durante as hostilidades. Assim se comportaram nossos antepassados, que acolheram na cidade até os tusculanos, équos, volscos, sabinos e hérmicos, mas destruíram completamente Cartago e Numância. Eu preferiria que não houvessem arrasado Corinto, mas é que sem dúvida tinham algo a ganhar, talvez a vantagem da posição, que um dia poderia induzir os habitantes a mover guerra novamente. (Cic. *Off.* 1.11.34 e 35).

Esta, contudo, não é a única menção a Corinto presente em *De Officiis*. Em outro momento, Cícero observa: “Mas, devido à aparência de utilidade, frequentemente erramos nos assuntos públicos, como ocorreu aos nossos quando da destruição de Corinto” (Cic. *Off.* 3.11.46).

Apesar de apontar sua opinião a respeito da destruição da polis grega, Cícero apresenta um motivo para que seus conterrâneos do passado assim o fizessem: “a vantagem da posição, que um dia poderia induzir os habitantes a mover guerra novamente” (Cic. *Off.* 1.11.35). Cícero imagina que o medo de que o local pudesse levar a uma nova guerra no futuro foi o que fez o senado da época decretar sua destruição. Além desse motivo, existe uma outra explicação apresentada por Cícero, que ele apresenta no seu discurso a favor da lei Manília, que concedia o comando da terceira guerra mitridática a Pompeu Magno. Segundo Cícero: “Porque seus emissários foram de alguma forma tratados com desrespeito, nossos ancestrais decidiram pela extinção de Corinto, a luz da Grécia [...] eles vingaram a infração verbal do privilégio de um emissário<sup>18</sup>” (Cic. *Leg. Man.* 5 - Tradução nossa).

A acusação de soberba (*superbius*) aos legados romanos foi considerada uma violação verbal (*uerbo uiolatum*), justificando a destruição de Corinto (*extinctum*) pelos ancestrais de Cícero. No mundo antigo, agredir um emissário violava normas informais de conduta internacional

<sup>18</sup> “Because their envoys had been somewhat disrespectfully addressed, your ancestors decided on the extinction of Corinth, the light of Greece [...] they avenged the verbal infringement of an envoy’s privilege” (Cic. *Leg. Man.* 5).

(Eckstein 2006), como também se viu na guerra contra os Ilírios após o provável assassinato de um embaixador. Roma reagia severamente a qualquer ameaça ou desrespeito percebido (Eckstein 2006). Embora Cícero aborde o tema em ao menos dois textos, apenas em *Pro Lege Manilia* apresenta tal justificativa de forma explícita.

Tito Lívio apresenta uma explicação muito parecida com a segunda justificação de Cícero. Segundo Lívio: “O último (Lúcio Múmio) assegurou a rendição de toda Aqueia e de acordo com um decreto do Senado destruiu Corinto, porque os emissários romanos foram maltratados lá.<sup>19</sup>” (Livy, *Per. 51. 52* - Tradução nossa). Mas não foi qualquer tipo de maus tratos: “As preliminares da guerra Aqueia estão registradas como se segue: Emissários romanos foram esmurrados pelos aqueus em Corinto – emissários enviados para separar da Liga Aqueia aqueles Estados que estavam sob controle de Felipe<sup>20</sup>” (Livy, *Per. 50. 51* - Tradução nossa). Lívio também menciona que a pessoa responsável por isso foi um General chamado Critolau (Livy, *Per. 51. 51*).

Se Tito Lívio estava certo, a violação contra os Legados romanos foram, além de verbais, também físicas, visto que *pulsati*, a palavra que usa em latim, tem a conotação de esmurrar ou espancar<sup>21</sup>. Sendo assim, os trechos dos dois autores citados se parecem bastante entre si, mas Cícero nunca falou de agressão física. Considerando que Cícero provavelmente teve acesso às cartas que Múmio enviou de Corinto para seus familiares em Roma (Cic. *Att. XIII. 6a*), fica muito difícil de imaginar que descuido seria o motivo para que ele não tivesse citado que além da violência verbal também houve violência física.

Se o que Lívio afirma é verdade, por que Cícero, que viveu e escreveu seus livros antes de Lívio, não forneceu a mesma explicação? O relato de Lívio, nesse aspecto, parece uma fabricação, um exagero para fazer os leitores de sua época, e de épocas futuras, acreditarem que Roma sempre agiu com *humanitas*. Políbio chegou a mencionar esse ocorrido, mas ele diz que o que foi relatado pelos emissários foi uma invenção:

Quando Aurelio Oreste e os outros legados voltaram do Peloponeso e informaram o que houve com eles ao Senado, como suas vidas ficaram em perigo, tanto exagerando a verdade quanto inventando-a - pois o ocorrido não representou o perigo que eles relataram, mas fingiram que os aqueus estavam decididos a fazer deles um exemplo...<sup>22</sup>. (Polyb. 38.9 - Tradução nossa)

<sup>19</sup> “The latter (Lúcio Múmio) secured the surrender of all Achaea and in accordance with a decree of the senate destroyed Corinth, because the Roman envoys had been mistreated there” (Livy, *Per. 51. 52*).

<sup>20</sup> “The preliminaries of the Achaean War are recorded as follows: Roman envoys were struck by Achaeans at Corinth – envoys sent to separate from the Achaean League those states which had been under the control of Philip” (Livy, *Per. 50. 51*).

<sup>21</sup> Todas as palavras em latim desse trecho são tradução nossa.

<sup>22</sup> “When Aurelius Orestes and the other legates returned from the Peloponnesus and informed the senate of what had happened to them and how they had been very nearly in danger of their lives, both exaggerating the truth and exercising

Cícero afirmava que não haveria generosidade para com povos que agiram cruelmente durante a guerra contra os romanos: “Alcançada a vitória, poupem-se aqueles que não foram cruéis e desumanos durante as hostilidades” (Cic. *Off.* 11.35). Assim, a guerra só poderia ser iniciada por razões justificáveis. Em 167 a.C., Catão, o Velho, que incitou os romanos contra Cartago, fez discursos no Senado contra uma guerra com Rodes, argumentando que os rodianos não haviam cometido delitos graves que justificassem tal ação (Ekstein 2006). A análise dos relatos de Cícero e Tito Lívio revela discrepâncias que podem ser entendidas à luz dessas considerações.

Tito Lívio, possivelmente, tentou clarear uma mancha na imagem da honra romana, com o objetivo de sustentar a tese de que o passado teria sido melhor. Esse ponto já foi discutido anteriormente no texto e será abordado novamente em breve, desta vez focando exclusivamente na visão de Cícero.

Um autor grego, Diodoro da Sicília, no entanto, parece concordar com a ideia do passado “generoso” dos romanos (Diod. Sic. 32.4), mas:

Mas uma vez que eles detinham virtualmente o controle de todo o mundo habitável, eles confirmaram seu poder por terrorismo e pela destruição da maioria das cidades eminentes, Corinto eles destruíram até o chão, os macedônios (Perseus, por exemplo) eles derrubaram, eles arrasaram Cartago e a cidade celtibérica de Numância, ele lá houveram muitos que intimidaram pelo terror<sup>23</sup> (Diod. Sic. 32.4 - Tradução nossa).

Destarte, A ideia romana de um passado moderado parece ter influenciado até os povos dominados. Diodoro afirma que, ao dominar quase todo o mundo habitável, Roma mudou sua conduta — embora não indique quando isso ocorreu. É possível inferir que ele compartilhe da visão de Salústio, que situa essa virada após a destruição de Cartago. A escrita reforça essa interpretação, mas Cícero demonstra dificuldade em identificar esse momento.

Cícero fala que “quando o império do povo romano se mantinha graças aos benefícios e não às injustiças” os romanos agiam com equidade e em favor de seus aliados, com o Senado guardando essas ações para o bem da República (Cic. *Off.* 2.8.26 e 27). Contudo:

---

<sup>23</sup> their invention—for they did not represent the danger to which they had been exposed as a fortuitous one, but pretended that the Achaeans had of set purpose determined to make an example of them...” (Polyb.38.9).

<sup>23</sup> “But once they held sway over virtually the whole inhabited world, they confirmed their power by terrorism and by destruction of the most eminent cities. Corinth they razed to the ground, the Macedonians (Perseus for example) they rooted out, they razed Carthage and the Celtiberian city of Numantia, and there were many whom they cowed by terror” (Diod. Sic. 32.4).

Antes já havíamos afrouxado ligeiramente esse costume e essa disciplina, mas, depois da vitória de Sila, perdemos-los por completo. Tudo deixou de parecer desfavorável aos aliados quando, na própria cidade, reinava tamanha crueldade (Cic. *Off.* 2.8.27).

O romano delimita o ponto de ruptura com o pensamento antigo a partir de Sila, mas não especifica onde esse processo começou. Apenas se pode inferir que ele compartilhava da visão de Salústio, o que parece evidente ao se considerar outra passagem de seu livro *De Officiis*, onde menciona a destruição de Corinto, Numância e Cartago.

Além dos maus-tratos aos embaixadores romanos, Cícero aponta uma motivação alinhada ao realismo ofensivo, segundo o qual o objetivo de todo Estado é alcançar e preservar a hegemonia, impedindo o crescimento de adversários (Mearsheimer 2001). Em 146 a.C., já hegemonic no Mediterrâneo, Roma pode ter visto a revolta da Liga Aqueia como um desafio à sua autoridade na região. Cícero expressa esse pensamento ao afirmar: “Mas é que sem dúvida tinham algo a ganhar, talvez a vantagem da posição, que um dia poderia induzir os habitantes a mover guerra novamente” (Cic. *Off.* 1.11.34 e 35).

Assim, Cícero parece respaldar a ideia de que Roma precisava agir contra Corinto para garantir a segurança regional. A palavra-chave, retomando o ponto inicial, é segurança — embora isso não implique uma postura puramente defensiva. A complexidade da expansão romana no século II a.C. ultrapassa os limites explicativos do realismo ofensivo, e dificilmente uma teoria isolada daria conta da totalidade desse cenário.

A discrepança entre os relatos dos dois autores indica que não havia um consenso na época sobre as motivações que levaram o Senado a destruir Corinto. O provável exagero de Lívio ao afirmar que os legados foram esmurrados (*pulsati*) sugere que a violação verbal (*uerbo uiolantum*) mencionada por Cícero não era suficiente para justificar a aniquilação de uma cidade inteira. No entanto, Cícero faz observações interessantes sobre a violência contra cidades vencidas, que podem ter influenciado Lívio.

No mesmo livro em que ele lamenta a destruição da cidade grega ele fala:

Mas não aprovemos a mansuetude e a clemência em detrimento da necessária severidade pela causa da república, sem a qual não se consegue administrá-la. Repreensões e castigos, no entanto, devem estar isentos de ultrajes, não levando em conta o interesse do que pune ou admoesta mas o bem da república (Cic. *Off.* 1. 25.88).

Mais uma vez, Cícero reafirma a teoria aqui proposta. Além disso, parece que ele realmente tinha uma visão em que clemência e severidade se misturavam. Ainda assim, Cícero parece ter certa

dúvida sobre o motivo da destruição de Corinto, o que indica que a decisão dos romanos não estava completamente clara na época, especialmente considerando a justificativa de Lívio. Tendo o realismo ofensivo em mente, os romanos tinham um forte motivo para arrasar a cidade: incapacitar uma nova revolta contra o controle romano na Grécia.

Apesar deste texto não analisar a cidade africana de Cartago, seria negligente não considerar que os dois acontecimentos possam estar de alguma forma alinhados, especialmente ao lembrar das palavras de Catão, que sempre aconselhava sua destruição. Plínio registra as palavras de Catão, justificando que este tinha “Um ódio mortal de Cartago e ansiedade em relação à segurança de seus descendentes<sup>24</sup>” (Plin. *HN*. 15.20). Mais uma vez, a questão da segurança é central.

Assim, se considerar que a destruição de Cartago se deu por medo, ou como Plínio coloca, por ânsia pela segurança dos descendentes, talvez não seja tão absurdo pensar que o caso de Corinto fosse semelhante. O próprio Cícero sugere que os motivos que levaram os romanos a destruir a pôlis estavam relacionados aos receios de que ela pudesse se tornar um problema e gerar outra guerra na região. (Cic. *Off.*, 1.11.35).

Considerando as últimas guerras romanas contra a Macedônia, pode-se inferir que o que estava em jogo não era apenas a ânsia por segurança, mas também por controle. Talvez essas duas coisas sejam a mesma no contexto. Será que, ao expressar o desejo de manter seus descendentes seguros, Catão não estava se referindo à segurança da autoridade romana? Conforme mostrado no ponto anterior, uma vez que Roma derrotou definitivamente os macedônios, começou a desestabilizar seus próprios aliados na região, como Pérgamo e Rodes, indicando que não permitiria ser desafiada por uma nova possível potência local.

Uma outra motivação que pode ser levantada está relacionada com a competição entre generais, como aponta Brenno Sebastiani e Jennifer Kendall. Segundo Sebastiani: “longe de coroar uma carreira brilhante, [Emiliano] teve de compartilhá-la com o desafeto plebeu Lúcio Múmio Acaico, que arrasara Corinto também em 146 a.C.” (Sebastiani 2013, 138). Kendall, complementa que as comparações entre Emiliano e Múmio se torna impossível de não se fazer visto que ambos foram *Triumphatores* em 145 a.C. e que eram rivais políticos (Kendall 2009), por isso existia uma competição entre os dois (Kendall 2009).

Não se descarta que essa última motivação possa ter influenciado a situação, mas não parece ter definido os fatos. Decisões individuais podem ser feitas pela própria vontade dos indivíduos,

---

<sup>24</sup> “a mortal hatred of Carthage and anxious in regard to safety of his descendants” (Plin. *HN*. 15.20).

contudo suas ações são feitas segundo a pressão do sistema (Eckstein 2006). Tito Lívio afirma que Corinto foi destruída apenas após um decreto do Senado (Livy, *Ab Urb. Con.* 51.52), e há indícios convincentes de que o destino de Cartago já estava selado bem antes da participação de Cipião Emiliano, visto que a terceira guerra púnica aparentemente já começou com a intenção de destruir a cidade africana (Kiernan 2004; Taylor 2023).

Ou seja, a destruição dessas cidades não resultou de uma decisão particular dos comandantes romanos no exercício de suas funções, mas foi determinada pelo Senado. E mesmo que o relato de Lívio não seja cem por cento correto, Múmio nunca teria destruído Corinto se acreditasse que isso ia contra os interesses do Senado. Houve casos em que comandantes que agiram por conta própria, visando obter algum benefício da situação, ao retornarem para Roma sofreram punições (Rich 1993).

Embora Tristan Taylor discorde de uma conexão direta entre as destruições de Cartago e Corinto (Taylor 2023), ele reconhece que, no modelo imperialista romano do século II a.C., a autoridade de Roma fundamentava-se no respeito ao seu status. O desrespeito a esse status contribuiu para a destruição de cidades como Cartago, Corinto e Numância (Taylor 2023). O terror provocado pelo saque era, segundo Taylor, uma estratégia de coerção, empregada para prevenir revoltas e garantir submissão. Essas ações eram consideradas legítimas diante da desobediência, que poderia enfraquecer o *imperium* romano ao incentivar outros a desafiar sua autoridade (Taylor 2023).

A destruição de Corinto também pode ter servido como advertência a outras cidades. Os motivos de segurança e dissuasão apresentados no texto explicam a lógica romana de violência estratégica. Lívio relata que, durante a Segunda Guerra Macedônica, após a devastação de Antipatrea, Codrio rendeu-se sem resistência por temer sofrer o mesmo destino (Livy, *Ab. Urb. Con.* 31. 27). Se considerar esse exemplo, a destruição de Corinto pode ter tido a função de alertar as outras cidades gregas sobre os perigos de uma revolta contra Roma.

A esse respeito, Brenno Sebastiani sugere que, ao narrar os acontecimentos da Terceira Guerra Púnica e a carreira de Cipião Emiliano, Políbio também poderia estar advertindo os gregos, especialmente depois de 146 a.C., a aceitarem o controle romano. No entanto, caso fosse decidido restaurar a autonomia de antes de 167 a.C., eles deveriam pensar cuidadosamente sobre como proceder, para não chamarem novamente a atenção dos romanos e seus exércitos (Sebastiani 2013).

Essa advertência velada encontra ressonância em um conceito central para compreender a atuação romana no período: o imperialismo. A definição proposta por William Harris é clara nesse sentido: “O comportamento pelo qual um Estado ou povo toma e mantem poder supremo sobre outros Estados, povos ou terras<sup>25</sup>” (Harris 1979, 4 - Tradução nossa). Harris (1979) observa que os romanos não concebiam seu império como territórios anexados, mas como espaços sob influência de seu poder, ideia que converge com a visão de Erskine em *Roman Imperialism*. Essa perspectiva se reflete nas ações romanas na Grécia após a Segunda Guerra Macedônica, especialmente na destruição de Corinto, que sinaliza o fim da política de não anexação vigente até então.

McGing e Kallet-Marx, contudo, não definem o ano de 146 a.C. como o ano da criação de uma província na Grécia. Discutem que a criação da mesma só se tornaria realidade em 27 a.C. Contudo, em sua visão, foi em 146 a.C. que os gregos se tornaram parte do “Império romano” (McGing 2005; Kallet-Marx 1995). Porém, se os romanos não viam seu império como áreas anexadas, como propõe historiadores como Harris (1979) e Richardson (2008), talvez a Grécia já fizesse parte desse “Império romano” republicano muito antes de 146 a.C. A destruição de Corinto pode ter sido apenas uma forma extrema utilizada pelos romanos para evidenciar quem estava no controle da região.

Cícero em seu livro aqui focado não toca nesse ponto sobre anexação, mas a todo momento ele se mostra contrário ao uso de uma violência exacerbada e indevida.

Embora a maioria julgue os assuntos da guerra mais importantes que os da cidade, essa opinião tem de ser contestada. Muitos, na verdade, vão à guerra movidos pelo anseio de glória, o que costuma suceder às almas fortes e engenhosas, principalmente quando se revelam proficientes na arte militar e apaixonadas pelos feitos guerreiros. (Cic. *Off.* 1. 22. 74).

Quem tem ânimo forte pode ser facilmente induzido a práticas injustas pelo anseio de glória. (Cic. *Off.* 1. 19. 65).

Evite-se a ânsia de glória, como declarei acima, pois ela compromete a liberdade pela qual todos os homens magnâmimos devem esforçar-se. Quanto ao poder, melhor é não ambicioná-lo, às vezes recusá-lo e outras, mesmo, renunciar a ele. (Cic. *Off.* 1. 19. 68).

Essas três citações são muito importantes pois, como Harris (1979) fala em várias partes de seu livro, as guerras romanas entre os séculos III e I a.C. também respondiam a dinâmicas políticas internas, já que patrícios buscavam honra e glória militar para ascender na vida pública. Cícero, nesses trechos, em contraste, valoriza a contenção dessa “ânsia de glória” e, ao mencionar Cipião Emiliano, afirma que nem sempre os assuntos militares devem prevalecer sobre os da cidade:

---

<sup>25</sup> “the behaviour by which a state or people takes and retains supreme power over other states or people or lands” (Harris 1979, 4).

As armas contam pouco exteriormente quando, interiormente, não há sabedoria. Nem o Africano, homem e general de excepcionais qualidades, ao destruir Numância foi mais útil à república do que, na mesma época, Públia Nasica, um simples particular, quando deu cabo de Tibério Graco. (Cic. *Off.* 1. 22. 76).

Cícero não condena explicitamente a destruição de Numância, afirmando apenas que não foi mais benéfica à República do que a morte de Tibério Graco. Esse contraste evidencia a complexidade do debate sobre a violência na política romana, especialmente quando comparado à sua posição crítica diante da destruição de Corinto, apesar das justificativas envolvidas.

E quanto à mão que levou à destruição de Corinto, o que Cícero fala sobre isso? Se considerar o relato de Lívio, Lúcio Múmio agiu conforme o Senado ordenou, e Cícero menciona que, mesmo sendo o autor da destruição da pôlis, Múmio não teria lucrado com seu feito (Cic. *Off.* 2. 22. 76). Portanto, apesar de lamentar a destruição, ao ver do romano, Múmio agiu bem, visto que: “beneficiar-se dos assuntos públicos, de fato, não é apenas torpe, mas também criminoso e abominável” (Cic. *Off.* 2. 22. 77). De certa forma a ação de Múmio está dentro do que se entende como *humanitas*, visto que o conceito também serve para advertir contra crueldade e extorsão (Woolf 1994), e, como relatado pelo próprio Cícero, o general não obteve lucro com o saque.

Porém, William Harris, a esse respeito, tem uma observação muito pertinente. Ele menciona que Múmio pode até não ter levado para si nada do saque de Corinto, mas distribuiu os despojos na Itália e nas províncias como forma de autopromoção (Harris 1971). Ou seja, até mesmo quando um general escolhia não tomar parte do butim poderia significar algo benéfico para ele.

Por fim, é interessante notar que existem estudos indicando que a cidade grega não ficou totalmente abandonada. Na verdade, há vários indícios arqueológicos de que a cidade continuou sendo povoada, embora de forma bastante reduzida, até ser refundada por Júlio César por volta de 44 a.C. (William et al. 2021).

## Conclusão

Ao longo deste texto, buscou-se apresentar a complexidade e o interesse do debate sobre a violência e a destruição de cidades na República Romana. Compreender a mentalidade de um romano do século I a.C. não é uma tarefa fácil, uma vez que estes frequentemente idealizavam o passado, empregando o conceito de *humanitas*. Embora essa palavra só tenha surgido no século I a.C., suas raízes provavelmente se encontram no século II a.C. Dentro da lógica da *humanitas*,

generosidade e severidade se entrelaçam, e, dependendo do desenrolar do conflito, os romanos poderiam sentir-se justificados a utilizar a violência como forma de encerrar o embate.

Apesar de Cícero manifestar oposição ao uso da violência em *De Officiis*, em diversos momentos, como se acredita ter demonstrado, o autor justifica e reitera a necessidade de ações severas. Contudo, é crucial destacar que a perspectiva do século I a.C. em relação ao século II a.C. está intrinsecamente ligada às guerras civis da época. Cícero menciona a "ânsia de glória" e como isso era destrutivo para a República. Pode-se inferir que, juntamente com fatores destacados pelo autor, como a destruição de Cartago e o governo de Sila, esse foi um dos elementos que contribuíram para a situação precária em que a República se encontrava. De fato, o autor chega a afirmar que já não havia uma República em seu tempo (Cic. *Off.* 1. 11. 35).

Além disso, a abordagem do realismo ofensivo mostra-se eficaz ao interpretar o evento, alinhando-se às ideias de Cícero sobre a necessidade de Roma conter ameaças à sua hegemonia. Para ele, os riscos estratégicos da cidade justificavam medidas extremas como forma de prevenção. Tal lógica reflete a premissa de que Estados ampliam seu poder visando à segurança em um sistema internacional anárquico.

Talvez pensar que a Liga Aqueia representasse uma real ameaça aos romanos seja difícil de acreditar, mas o realismo ofensivo fala que Estados fracos vão procurar por oportunidades para fazer a balança de poder ficar mais favorável para eles (Mearsheimer 2001). Tanto o Senado do século II a.C. quanto Cícero pareciam estar cientes dessa possibilidade e acreditavam que era um risco que a República não deveria correr, visto que além de maximizar seu poder os Estados visam impedir que outros ganhem poder às suas custas (Mearsheimer 2001).

Ademais, a comparação entre Cícero e Tito Lívio revela possível distorção narrativa para legitimar a destruição de Corinto. Enquanto Lívio destaca agressões físicas contra legados romanos como justificativa, Cícero menciona apenas ofensas verbais, insuficientes para explicar o ato. A *humanitas* é usada como argumento moral, embora a versão de Lívio pareça construída para preservar a autoridade de Roma.

Conclui-se que a destruição de Corinto não resultou apenas de dinâmicas militares, mas também de um projeto imperial destinado a consolidar o poder romano e assegurar a estabilidade regional. Contudo, não se sugere que esta visão ou teoria possa explicar totalmente a destruição de cidades sob os romanos, nem seu imperialismo. Como John Rich pontuou, o imperialismo romano é

complexo, e qualquer explicação que se concentre em uma única causa falhará em compreendê-lo completamente (Rich 1993).

## Referências Bibliográficas

Almeida, Cleber R. R. de. 2017. “Vicissitudes do Conceito de Humanitas: do Círculo Scipiônico à Tradição Panegírica Augustana”. Em *IV Jornadas Interdisciplinarias de Jóvenes Investigadores de la Antigüedad Grecolatina*. Buenos Aires.

Barlow, Jonathan. “Scipio Aemilianus and Greek Ethics”. *The Classical Quarterly* 68, n. 1 (2018): 112-127.

Barlow, Jonathan. “Panaetius, Scipio Aemilianus, and the Man of Great Soul”. *Antichthon* 57, (2023): 35-55.

Bauman, Richard A. 2000. *Human rights in ancient rome*. Londres: Routledge.

Braund, Susanna M. “Roman assimilation of the Other: “humanitas” at Rome”. *Acta Classica* 40, (1997): 15-32.

Cícero. 1959. *Letters to Atticus. Volume III*. Translated by E. O. Winstedt, M. A. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Cícero. 1966. *The Speeches: Pro lege Manilia, Pro Caecina, Pro Cluentio, Pro Rabirio, Perduellionis*. Translate by H. Grose Hodge. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Cícero. 1972. *Letters to Quintus, Brutus, and others*. Translated by Mary Henderson. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Cícero. 1999. *Dos Deveres*. Tradução de Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes.

Cícero. 2014. *Discussões tusculanas*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDUFU.

Cícero. 2021. *Sobre as Leis*. Tradução de Bruno Amaro Lacerda e Charlene Martins Miotti. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Dallari, Dalmo de Abreu. 2011. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.

Derow, Peter. 2005. “The arrival of Rome: from Illyrian Wars to the fall of Macedon”. Em *A companion to the Hellenistic world*. editado por Andrew Erskine. Oxford: Blackwell publishing.

Diodoro da Sicília. 1957. *Library of History, Volume XI: Fragments of Books 21-32*. Translated by Francis R. Walton. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Dyck, Andrew R. 1996. *A Comentary on Cicero, De Officiis*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Eckstein, Arthur M. 2006. *Mediterranean Anarchy, Interstate war, and the rise of Rome*. California: University of California press.

Errington. R. M. 1989. “Rome and Greece to 205 B.C”. Em *The Cambridge ancient history, Volume VIII*. Cambridge: Cambridge university press.

Erskine, Andrew. 2010. *Roman imperialism*. Edinburgo: Edinburgh University Press.

Faria, Ana Paula Celestino. “A Fides no gênero judiciário da Retórica a Herênio”. *Letras Clássicas* 4, (2000): 155-162.

Hansen, Mogens Herman. 2006. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford: Oxford University Press.

Harris, William V. “On War and Greed in the Second Century B.C”. *The American Historical Review* 76, n. 5 (1971): 1371-1385.

Harris. William V. 1979. *War and imperialism in republican Rome*. Oxford: Clarendon press.

Jatobá, Daniel. 2013. *Teoria das Relações Internacionais*. Antônio Carlos Lessa e Henrique Altemani de Oliveira (Coord.). São Paulo: Saraiva.

Kallet-Marx, Robert M. 1995. *Hegemony to Empire: The Development of the Roman Imperium in the East from 148 to 62 B.C*. Berkeley: University of California Press.

Kendall, Jennifer. “Scipio Aemilianus, Lucius Mummius and the Politics of plundered art in Italy and beyond in the 2nd Century B.C”. *Etruscan Studies* 12, n. 1 (2009): 169-184.

Kiernan, Ben. 2004. *The first genocide: Carthage, 146 BC*. Diogenes, Londres, 52, n. 1, p. 19–44.

MCGing, Brian. 2005. “Subjection and Resistance: to the Death of Mithridates”. Em *A companion to the Hellenistic world* editador por Andrew Erskine. Oxford: Blackwell publishing.

Mearsheimer, John J. 2001. *The tragedy of great power politics*. Nova York: W. W. Norton & Company.

Mearsheimer, John J. 2013. “Structural Realism”. Em *International Relations Theories: Discipline and Diversity* editado por Tim Dunne, Milja Kurki, Steve Smith. Oxford: Oxford University press.

Millet, Martin. 1990. *The Romanization of Britain: An Essay in Archaeological Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nóbrega, Flavianne Fernanda Bitencourt. 2018. *Teoria política e do Estado*. Recife: Editora UFPE.

Pinto, Renato. “O impulso de Romanizar”. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade* 11, n. 22/23 (2012). DOI: 10.53000/cpa.v11i22/23.764. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cpa/article/view/17078>. Acesso em: 15 maio. 2024.

Plínio. 1960. *Natural History, Volume IV: Books 12-16*. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press.

Políbio. 1925. *The Histories: Volume IV*. Translated by W. R. Paton. Cambridge, Massachussets: Havard University Press.

Políbio. 1960. *The Histories: Volume V*. Translated by W. R. Paton. Cambridge, Massachussets: Havard University Press.

Políbio. 1968. *The Histories: Volume VI*. Translated by W. R. Paton. Cambridge, Massachussets: Havard University Press.

Políbio. 2011. *The Histories. Volume III: Livros 5-8*. Tradução de W. R. Paton. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Políbio. 2016. *História pragmática, livros I a V*. Tradução de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva.

Purcell, Nicholas. 1995. “On the sacking of Carthage and Corinth”. Em *Ethics and Rhetoric, classical enssays for Donald Russel on his Seventy-fifth birthday* editado por Harry Hine, Doreen Innes e Christopher Peeling. Oxford: Claredon Press.

Reale, Giovanni. 1994. *História da Filosofia Antiga. Volume III: Os sistemas da era helenística*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola.

Rich, John. 1993. “Fear, greed and glory: the causes of Roman war-making in the middle Republic”. Em *War and Society in the Roman World*. Londres: Routledge.

Richardson, John. 2008. *The language of Empire: Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD*. Cambridge, Cambridge University Press.

Serrati, John. 2020. “Religion and Roman Warfare in the Middle Republic”. Em *Religion and Classical Warfare: The Roman Republic* editado por Matthew Dillon e Christopher Anthony Matthew. Yorkshire: Pen & Sword Books Ltd.

Salústio. 2015. *A conjuração de Catilina*. São Paulo: Hedra.

Sebastiani, Brenno B., “O aniquilamento de Cartago e Numância”. *Topoi* 14, n. 26 (jan./jul. 2013): 132-142.

Taylor, Tristan S. 2023. “A tale of three cities: The roman destruction of Carthage, Corinth and Numantia”. Em *The Cambridge world history of genocide. Volume I: Genocide in Ancient, Medieval and Premodern World* editado por Ben Kirnan, M. T. Lemos e Tristan S. Taylor. Cambridge: Cambridge university press.

Tito Lívio. 1955. *History of Rome. Volume IX*. Translated by Evan T. Sage, Cambridge, Massachussets: Havard University Press.

Tito Lívio. 1957. *History of Rome. Volume XIV: Summaries, Fragments, and Obsequens*. Translated by Alfred C. Schlesinger. Cambridge, MA: Havard University Press.

William, Charles K. et al. 2021. “From the destruction of Corinth to Colonia Iulia Corinthiensis”. Em *The destruction of cities in the ancient greek world: Integrating the archeological and literary evidence* editado por Sylvia Fanchard e Edward M. Harris. Cambridge, Cambridge university press.

Wood, Neil. 1991. *Cicero's Social and Political Thought*. Berkeley: University of California Press.

Woolf, Greg. “Becoming roman, staying greek: culture, identity and the civilizing process in the roman east”. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, n. 40 (1994): 116-143.